

Coluna do Castello

Ulysses renasce com governadores

Na amargura dos governadores com a derrota eleitoral e no seu descontentamento com o governo federal que pretendeu cobrar-lhe 25% da dívida externa em 1989, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, foi encontrar a massa de manobra para a recuperação da sua candidatura presidencial que não prescinde da preservação da unidade partidária ainda que mais aparente do que real. Solidarizando-se com eles, Ulisses voltou a ter os governadores como referência de uma recomposição peemedebista, fundada num distanciamento gradual do Palácio do Planalto que assegure a conquista da autonomia sem parecer ingratidão ou oportunismo.

Esse afastamento (não rompimento) atende de certo modo a esquerda do PMDB que condiciona sua permanência no partido a uma ruptura com Sarney. A ruptura não se declara mas o comando da agremiação fica a meio passo dela e com isso acena aos radicais para esperar antes de praticar o gesto final. Enquanto isso o deputado Ulysses Guimarães solicitou ao ministro Costa Couto que procurasse se entender com a Comissão de Orçamento do Congresso a fim de encontrar solução conciliatória para a pendência entre governo federal e governadores. Não há sinais concretos de que Ulysses, que foi ontem a Santa Catarina, deixa de assumir segunda-feira a presidência da República, que seus radicais pretendem que ele não exerça em mais uma interinidade.

Aparentemente entenderam-se governadores e dirigentes da Comissão de Orçamento do Congresso, rejeitada a "cascata" proposta pela área econômica, obrigando-se os Estados a pagar apenas os juros da dívida externa. A solução não é admitida pelo Planalto, para quem o Congresso não poderá alterar unilateralmente o que dispõe a proposta orçamentária sobre dívida externa a menos que crie fontes alternativas para alimentar a receita. Tais fontes estariam no aumento dos tributos. O governo da União não pretende abrir mão da redução drástica do déficit público, que pretende zerar no próximo exercício. Houve sugestão de reduzir o rolamento da dívida das empresas estatais, mas com isso se sacrificariam programas hidrelétricos, como o de Xingó.



Na verdade o dissídio sobre o pagamento da dívida externa interessa apenas a São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pois até Minas tem na "cascata" solução razoável. A solidariedade entre governadores é um fato político de significação tópica que poderá ser contornado nas negociações, pois no fundo, exceção dos três citados, todos os demais se sentem atendidos. O problema poderá ter solução, desde que atendido o princípio do reajuste financeiro, assim como a questão do salário mínimo, objeto igualmente de negociações entre o Congresso e o governo.

Na tentativa de encontrar um caminho entre o partido e o presidente Sarney, o ex ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, desempenhou um papel e apresentou, ao fim de consultas a Quêrcia e Cardoso, entre outros, e de encontrar-se por duas vezes com o presidente da República, um papel a Ulisses contendo sugestões para uma ação do PMDB de ajudar o governo federal a superar dificuldades atuais (por entender que sem atender essa preliminar o PMDB desapareceria como força válida na sucessão presidencial). Raphael sugeriu a Sarney atendimento aos governadores, reforço das negociações do pacto social, pelo qual se tem empenhado, e a Ulisses maior engajamento com a política federal. O presidente do partido tem, no entanto, como assessor e conselheiro privilegiado o também ex ministro Renato Archer.